

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

Órgão demandante: Secretaria Municipal de Saúde

Unidade requisitante: Diretoria Geral das Especialidades da Secretaria Municipal de Saúde

Processo Administrativo: nº 013/2026

2. OBJETO

- 2.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade instrumentalizar a instauração de procedimento auxiliar de **Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços assistenciais à saúde, compreendendo consultas médicas especializadas e exames diagnósticos, de forma complementar, ao Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria da Vitória – BA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 2.2. Os serviços são classificados como **serviços comuns**, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, passíveis de descrição completa, clara e suficiente em especificações técnicas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS:

- 3.1. A Tabela de Serviços e Valores de Referenciais, foi elaborada com base em **pesquisa de preços realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de cotações diretas junto a 03 (três) potenciais prestadores de serviços instalados no Município de Santa Maria da Vitória/BA e em municípios da região**, todos com histórico de **atendimento regular** na prestação de consultas médicas e exames diagnósticos à população.
- 3.2. Em atendimento ao **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, a estimativa do valor da contratação foi estruturada de forma a ser **compatível com os valores praticados pelo mercado**, consideradas as peculiaridades do local de execução do objeto e a potencial economia de escala, tomando-se como referência a realidade de preços dos prestadores **locais e regionais**.
- 3.3. A utilização de cotações obtidas diretamente junto a fornecedores é admitida pela legislação e pelas orientações do Tribunal de Contas da União, desde que **devidamente justificada** e acompanhada de análise crítica dos valores coletados, sobretudo quando inexistem bases públicas suficientemente abrangentes para os serviços a serem contratados. Nesse contexto, a amostra de 03 (três) prestadores instalados e em funcionamento regular na região de saúde foi considerada **suficiente e representativa do nicho de mercado**, permitindo à Administração fixar valores de referência adequados e mitigar riscos de sobrepreço ou de fixação de preços inexequíveis

O custo total da contratação é estimado MENSALMENTE em **R\$ 503.005,25** (quinhentos e três mil, cinco reais e vinte e cinco centavos), totalizando anualmente o valor global de **R\$ 6.036.063,00** (seis milhões, trinta e seis mil, sessenta e três reais).

4. TABELA REFERENCIAL

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO							
Item	Descrição	Unidade	Quant. Estimada Mensal	Quant. Estimada para 12 Meses	Valor Unitário.	Valor Total Estimado Mensal	Valor Total Estimado Mensal
1	CONSULTA EM GASTROENTEROLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	15	180	R\$ 80,00	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00
2	CONSULTA EM OFTALMOLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	70	840	R\$ 80,00	R\$ 5.600,00	R\$ 67.200,00
3	CONSULTA EM ONCOLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	10	120	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
4	CONSULTA EM GINECOLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	250	3000	R\$ 80,00	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00
5	CONSULTA EM UROLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	180	2160	R\$ 80,00	R\$ 14.400,00	R\$ 172.800,00
6	CONSULTA EM ANESTESIOLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	15	180	R\$ 80,00	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00
7	CONSULTA EM ANGIOLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	30	360	R\$ 150,00	R\$ 4.500,00	R\$ 54.000,00
8	CONSULTA EM CARDIOLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	200	2400	R\$ 100,00	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00
9	CONSULTA EM DERMATOLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	100	1200	R\$ 80,00	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA
ADMINISTRAÇÃO 2025-2028

10	CONSULTA EM ENDOCRINOLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	280	3360	R\$ 80,00	R\$ 22.400,00	R\$ 268.800,00
11	CONSULTA EM GERIATRIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	5	60	R\$ 150,00	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00
12	CONSULTA EM HEMATOLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	20	240	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
13	CONSULTA EM NEUROLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	100	1200	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
14	CONSULTA EM OTORRINOLARINGOLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	50	600	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
15	CONSULTA EM NEUROLOGIA PEDIATRA	CONSULTA ESPECIALIZADA	60	720	R\$ 150,00	R\$ 9.000,00	R\$ 108.000,00
16	CONSULTA EM PNEUMOLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	20	240	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
17	CONSULTA EM REUMATOLOGIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	20	240	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
18	CONSULTA EM ORTOPEDIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	400	4800	R\$ 80,00	R\$ 32.000,00	R\$ 384.000,00
19	CONSULTA EM PEDIATRIA	CONSULTA ESPECIALIZADA	180	2160	R\$ 80,00	R\$ 14.400,00	R\$ 172.800,00
20	CONSULTA COM NEFROLOGISTA	CONSULTA ESPECIALIZADA	35	420	R\$ 150,00	R\$ 5.250,00	R\$ 63.000,00
21	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DA COLUNA LOMBAR, CERVICAL E TORÁCICA	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 550,00	R\$ 5.500,00	R\$ 66.000,00
22	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DA COXA	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
23	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ABDOME TOTAL	EXAME COM LAUDO	15	180	R\$ 750,15	R\$ 11.252,25	R\$ 135.027,00

24	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DA PERNA	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 450,00	R\$ 2.250,00	R\$ 27.000,00
25	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO ANTE – PÉ	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 450,00	R\$ 2.250,00	R\$ 27.000,00
26	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO CRÂNIO	EXAME COM LAUDO	20	240	R\$ 550,00	R\$ 11.000,00	R\$ 132.000,00
27	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO FÊMUR	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 450,00	R\$ 2.250,00	R\$ 27.000,00
28	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO OMBRO	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
29	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO QUADRIL	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
30	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO SACRO E CÓCCIX	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
31	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO SEGMENTO APENDICULAR	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
32	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO TORNOZELO	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
33	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DOS JOELHOS	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
34	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DOS PÉS	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
35	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA - BACIA, PELVI (ARTICULAÇÕES SACROILIACOS)	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00	R\$ 54.000,00
36	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA COLUNA CERVICAL COM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 450,00	R\$ 2.250,00	R\$ 27.000,00

37	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA COLUNA CERVICAL SEM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
38	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA COLUNA LOMBAR COM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	2	24	R\$ 450,00	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
39	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA COLUNA LOMBAR SEM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	2	24	R\$ 350,00	R\$ 700,00	R\$ 8.400,00
40	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA COLUNA TORÁCICA COM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 450,00	R\$ 2.250,00	R\$ 27.000,00
41	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA COLUNA TORÁCICA SEM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 350,00	R\$ 1.750,00	R\$ 21.000,00
42	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA FACE COM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	2	24	R\$ 450,00	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
43	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA FACE SEM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 350,00	R\$ 1.750,00	R\$ 21.000,00
44	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA PELVE A BACIA COM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	2	24	R\$ 450,00	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
45	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA PELVE A BACIA SEM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
46	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DAS VIAS URINÁRIAS COM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00

47	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DAS VIAS URINÁRIAS SEM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
48	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX COM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00	R\$ 54.000,00
49	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX SEM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 350,00	R\$ 1.750,00	R\$ 21.000,00
50	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO ABDÔMEN INFERIOR E SUPERIOR COM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	15	180	R\$ 450,00	R\$ 6.750,00	R\$ 81.000,00
51	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO ABDÔMEN INFERIOR E SUPERIOR SEM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 350,00	R\$ 1.750,00	R\$ 21.000,00
52	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO COM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00
53	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO SEM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 350,00	R\$ 1.750,00	R\$ 21.000,00
54	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PESCOÇO COM CONTRASTE	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
55	RAIO-X DIGITAL COM LAUDO	EXAME COM LAUDO	150	1800	R\$ 65,00	R\$ 9.750,00	R\$ 117.000,00
56	RAIO-X DIGITAL SEM LAUDO	EXAME	300	3600	R\$ 40,00	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00
57	HOLTER 24HS	EXAME COM LAUDO	150	1800	R\$ 100,00	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00
58	MAPA 24HS	EXAME COM LAUDO	80	960	R\$ 100,00	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
59	ELETROCARDIOGRAMA	EXAME COM	400	4800	R\$ 30,00	R\$	R\$ 144.000,00

		LAUDO				12.000,00	
60	ELETROENCEFALOGRAMA	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
61	ESPIROMETRIA	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 150,00	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00
62	ECOCARDIOGRAMA	EXAME COM LAUDO	100	1200	R\$ 200,00	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00
63	TESTE ERGOMÉTRICO	EXAME COM LAUDO	50	600	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
64	DOPPLER DE CARÓTIDAS E VERTEBRAIS	EXAME COM LAUDO	20	240	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
65	ENDOSCOPIA	EXAME COM LAUDO	140	1680	R\$ 150,00	R\$ 21.000,00	R\$ 252.000,00
66	RETOSSIGMOIDOSCOPIA	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 300,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
67	COLONOSCOPIA	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
68	COLONOSCOPIA COM ANESTESISTA	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 950,00	R\$ 4.750,00	R\$ 57.000,00
69	ULTRASSOM DE ABDOME INFERIOR	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 90,00	R\$ 450,00	R\$ 5.400,00
70	ULTRASSOM DE ABDOME TOTAL	EXAME COM LAUDO	150	1800	R\$ 90,00	R\$ 13.500,00	R\$ 162.000,00
71	ULTRASSOM MÚSCULO-ESQUELÉTICOS	EXAME COM LAUDO	80	960	R\$ 90,00	R\$ 7.200,00	R\$ 86.400,00
72	ULTRASSOM DE PROSTATA TRANSRETAL	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 90,00	R\$ 450,00	R\$ 5.400,00
73	ULTRASSOM DE TESTICULO C/ DOPPLER	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 168,00	R\$ 840,00	R\$ 10.080,00

74	ULTRASSOM DOPLERFLUXOMETRIA OBSTETRICA	EXAME COM LAUDO	1	12	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
75	ULTRASSOM DE MAMAS	EXAME COM LAUDO	60	720	R\$ 90,00	R\$ 5.400,00	R\$ 64.800,00
76	ULTRASSOM DE MAMAS C/ DOPPLER	EXAME COM LAUDO	1	12	R\$ 168,00	R\$ 168,00	R\$ 2.016,00
77	ULTRASSOM OBSTETRICO	EXAME COM LAUDO	80	960	R\$ 90,00	R\$ 7.200,00	R\$ 86.400,00
78	ULTRASSOM OBSTETRICO MORFOLOGICO	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
79	ULTRASSOM OBSTETRICO TRANSLUCENCIA	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
80	ULTRASSOM PARTES MOLES	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 90,00	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
81	ULTRASSOM PELVICA	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 90,00	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
82	ULTRASSOM DE PROSTATA	EXAME COM LAUDO	30	360	R\$ 90,00	R\$ 2.700,00	R\$ 32.400,00
83	ULTRASSOM REGIAO CERVICAL	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 90,00	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
84	ULTRASSOM DE TESTICULOS	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 90,00	R\$ 450,00	R\$ 5.400,00
85	ULTRASSOM DE TIREOIDE	EXAME COM LAUDO	30	360	R\$ 90,00	R\$ 2.700,00	R\$ 32.400,00
86	ULTRASSOM DE TIREOIDE C/ DOPPLER	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 168,00	R\$ 1.680,00	R\$ 20.160,00
87	ULTRASSOM TRANSFONTANELA	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA
ADMINISTRAÇÃO 2025-2028

88	ULTRASSOM TRANSVAGINAL	EXAME COM LAUDO	130	1560	R\$ 90,00	R\$ 11.700,00	R\$ 140.400,00
89	ULTRASSOM TRANSVAGINAL C/ DOPPLER	EXAME COM LAUDO	2	24	R\$ 90,00	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
90	ULTRASSOM VIAS URINÁRIAS	EXAME COM LAUDO	40	480	R\$ 90,00	R\$ 3.600,00	R\$ 43.200,00
91	DOPPLER VENOSO DE MMII	EXAME COM LAUDO	10	120	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
92	DOPPLER VENOSO 1 MEMBRO	EXAME COM LAUDO	20	240	R\$ 250,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
93	PAAF DE MAMAS/ TIREOIDE	EXAME COM LAUDO	5	60	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
94	BERA	EXAME COM LAUDO	2	24	R\$ 400,00	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00
95	ENMG (POR MEMBRO)	EXAME COM LAUDO	2	24	R\$ 400,00	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00
96	ESCANOMETRIA DIGITAL	EXAME COM LAUDO	1	12	R\$ 335,00	R\$ 335,00	R\$ 4.020,00
97	MAMOGRAFIA	EXAME COM LAUDO	30	360	R\$ 150,00	R\$ 4.500,00	R\$ 54.000,00
98	DENSITOMETRIA ÓSSEA	EXAME COM LAUDO	2	24	R\$ 130,00	R\$ 260,00	R\$ 3.120,00
99	AUDIOMETRIA (TOTAL, IMITANCIOMETRIA)	EXAME COM LAUDO	2	24	R\$ 170,00	R\$ 340,00	R\$ 4.080,00
	TOTALIZAÇÃO		4446	53352		R\$ 503.005,25	R\$ 6.036.063,00

5. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. Caracterização do município e do contexto socioeconômico

- 5.1.1. O Município de **Santa Maria da Vitória/BA**, código IBGE 2928109, é um Município do Semiárido brasileiro com aproximadamente **40.474 habitantes** (população estimada para 2025), distribuídos em extensa área territorial de **1.984,910 km²**, o que resulta em **baixa densidade demográfica, de 19,45 hab/km²**, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 2022 e estimativas 2024/2025).
- 5.1.2. Trata-se, portanto, de município com **território amplo e população dispersa**, com significativa parcela de moradores em zona rural, o que impõe desafios logísticos relevantes para a garantia do acesso oportuno a serviços públicos, em especial os de saúde.
- 5.1.3. O município apresenta **IDHM** (índice de desenvolvimento humano municipal) **de 0,614**, indicador que revela a existência de importantes vulnerabilidades sociais, ao mesmo tempo em que registra **elevado índice de escolarização na faixa de 6 a 14 anos (99,8%)**, demonstrando a necessidade de manutenção de políticas públicas que preservem a capacidade de oferta de serviços públicos que favoreçam o estudo, trabalho e desenvolvimento da população da população santa-mariene.
- 5.1.4. No campo econômico e fiscal, os dados de **receitas brutas realizadas (R\$ 243.833.442,68 em 2024)** e **despesas brutas empenhadas (R\$ 236.676.242,33 em 2024)**, bem como o **PIB per capita de R\$ 18.048,94 (2023)**, evidenciam a necessidade de utilização **racional e eficiente dos recursos públicos**, sobretudo na área da saúde, que concentra demandas contínuas e crescentes.

5.2. Situação da oferta de serviços de saúde e da demanda assistencial

- 5.2.1. No âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o Município de Santa Maria da Vitória/BA é responsável por assegurar à população o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, nos termos do art. 196 da Constituição Federal e da Lei nº 8.080/1990.
- 5.2.2. Apesar dos esforços de estruturação da **rede própria municipal**, verifica-se:
 - a) **demanda crescente** por consultas médicas especializadas (cardiologia, ortopedia, ginecologia e obstetrícia, oftalmologia, psiquiatria, entre outras);
 - b) necessidade de **ampliar a oferta de exames diagnósticos** (ultrassonografia, raio-X, exames cardiológicos e laboratoriais, entre outros), fundamentais para detecção precoce de agravos;
 - c) **dificuldades logísticas** decorrentes da grande extensão territorial e da baixa densidade populacional, que tornam mais complexa a organização de fluxo assistencial

- d) existência de **fila de espera e demanda reprimida** em determinadas especialidades e exames, com reflexos sobre a qualidade e a continuidade do cuidado aos pacientes do SUS.

5.2.3. Essa realidade impacta diretamente a saúde da população, na medida em que **atrasos em consultas e exames** podem resultar em:

- a) diagnósticos tardios;
- b) agravamento de doenças crônicas;
- c) aumento de internações e de custos assistenciais;
- d) comprometimento da qualidade de vida e da capacidade produtiva dos munícipes.

5.3. *Necessidade e adequação da contratação por credenciamento*

5.3.1. Diante desse cenário, a **contratação de serviços especializados de consultas médicas e exames diagnósticos, por meio de credenciamento**, apresenta-se como medida **necessária e adequada** para:

- a) **ampliar a rede assistencial**, aproveitando a capacidade instalada de prestadores já existentes **ampliar a rede assistencial**, aproveitando a capacidade instalada de prestadores já existentes no território municipal e na região de saúde;
- b) **aproximar o serviço da população**, reduzindo deslocamentos dos Municípios para grandes centros urbanos;
- c) **reduzir tempos de espera** e enfrentar a demanda reprimida em consultas e exames;
- d) garantir maior **resolutividade e continuidade do cuidado**, com diagnósticos mais precoces e acompanhamento adequado;
- e) promover o uso **eficiente dos recursos públicos**, mediante pagamento por produção efetivamente realizada, em valores previamente estimados com base em pesquisa de mercado.

5.4. Assim, a presente contratação está fundamentada nas **características demográficas e territoriais** de Santa Maria da Vitória/BA, considerando sua população, área, densidade e dispersão geográfica; nos **indicadores socioeconômicos e de saúde**, notadamente o IDHM e a estrutura de receitas e despesas do Município; no **dever constitucional e legal** do ente municipal de garantir acesso às ações e serviços de saúde à população usuária do SUS; bem como na **constatação de que a rede própria, isoladamente, não é suficiente** para absorver toda a demanda de consultas especializadas e exames diagnósticos em tempo adequado, tornando indispensável a contratação complementar da rede privada, via credenciamento.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO

6.1. Locais de execução dos serviços

6.1.1. Os serviços de **consultas médicas especializadas** e **exames diagnósticos** objeto deste Termo de Referência poderão ser executados em dois ambientes distintos, a saber:

I - **nas instalações da rede pública municipal**, especificamente na **Policlínica Municipal Múcia Verbênia**, situada no prédio da sede da Secretaria Municipal; Avenida Manoel Emílio de Oliveira Souza, S/Nº, Centro, **Hospital Municipal Dr. José Borba**, situado na Avenida Roberto Santos, S/Nº, no Bairro Sambaíba ou **UPA 24h**, situada na Rua Jeremias Rodrigues da Silva, Bairro AABB, **Policlínica Municipal Múcia Verbênia** de Saúde de Santa Maria da Vitória/BA, quando houver cessão de uso de espaço físico pelo Município;

II - **nas instalações próprias da empresa credenciada**, em clínica ou serviço de saúde de sua titularidade, desde que devidamente licenciados, equipados e registrados nos órgãos competentes.

6.1.1.1. No **requerimento de credenciamento**, o interessado deverá indicar, de forma expressa, a **modalidade de execução pretendida**, observadas as seguintes possibilidades:

- a) atendimento ambulatorial , urgências e emergências nas **instalações do Hospital Municipal Dr. José Borba, da UPA 24h e da Policlínica Municipal Múcia Verbênia**;
- b) atendimento **exclusivamente em instalações próprias da empresa credenciada**;
- c) atendimento em **ambas** as modalidades, conforme regulação e definição da Secretaria Municipal de Saúde.

6.1.1.2. A indicação da modalidade/local de execução no requerimento de credenciamento terá por finalidade **subsidiar o planejamento e a organização dos serviços** pela Diretoria Geral de Especialidades, especialmente no que se refere à alocação de agendas, definição de fluxos assistenciais, dimensionamento de equipes e distribuição da demanda entre os prestadores credenciados.

6.1.1.3. Qualquer alteração posterior na modalidade/local de execução inicialmente indicada deverá ser **formalmente solicitada pela empresa credenciada** à Secretaria Municipal de Saúde, que analisará a compatibilidade da mudança com o planejamento assistencial, podendo condicioná-la à **prévia vistoria técnica** e à atualização dos registros administrativos pertinentes.

6.1.1.4. A Diretoria Geral de Especialidades poderá, a seu critério e em função das necessidades assistenciais do Município, **priorizar o uso de determinada modalidade/local de execução** (Hospital Municipal Dr. José Borba - UPA 24h - Policlínica Municipal Múcia Verbênia ou instalações próprias da credenciada), desde que respeitados os limites de capacidade de cada prestador e os princípios da impessoalidade, isonomia e eficiência.

6.1.2. No caso de execução em instalações próprias, as unidades de atendimento da credenciada deverão estar **localizadas em raio máximo de 400 km (quatrocentos quilômetros) da Sede do Município de Santa Maria da Vitória/BA**, como condição para o credenciamento e a manutenção da habilitação, de modo a assegurar:

- a) viabilidade logística de deslocamento dos usuários e acompanhantes;
- b) a inserção efetiva dos serviços na região de saúde de referência do Município;
- c) a possibilidade de fiscalização presencial e auditoria pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.2. **Utilização das instalações de Estabelecimentos Públicos de Saúde**

6.2.1. Quando os atendimentos forem realizados nas instalações da Hospital Municipal Dr. José Borba - UPA 24h - Policlínica Municipal Múcia Verbênia, o Município disponibilizará **apenas a estrutura física**, cabendo à empresa credenciada:

- a) disponibilizar **equipe técnica habilitada**, composta por médicos especialistas e demais profissionais de saúde necessários;
- b) prover, quando não fornecidos pelo Município, **equipamentos, materiais, insumos e demais recursos, inclusive tecnológicos (softwares e e hardwares** indispensáveis à realização das consultas e exames;
- c) organizar o fluxo interno de usuários, em articulação com a gestão da unidade, de modo a evitar filas, atrasos e aglomerações.

6.2.2. A utilização do espaço público será **estritamente destinada** à realização dos serviços contratados, sendo vedada a execução de atividades administrativas privadas da empresa ou de procedimentos estranhos ao objeto deste Termo de Referência.

6.2.3. A credenciada deverá observar rigorosamente os **protocolos de biossegurança, higiene, organização e controle de resíduos**, respondendo por quaisquer danos causados à infraestrutura, equipamentos ou bens públicos, sem prejuízo das sanções contratuais e legais cabíveis.

6.3. Execução em instalações próprias da empresa credenciada

6.3.1. Quando a execução ocorrer em **clínica ou serviço próprio da credenciada**, caberá à empresa manter, às suas expensas:

- a) **instalações físicas adequadas**, acessíveis e compatíveis com o porte e o tipo de atendimento (consultas, exames por imagem, exames laboratoriais etc.);
- b) **equipamentos em perfeito estado de funcionamento**, submetidos a manutenção preventiva e corretiva, com registros atualizados;
- c) **materiais permanentes e de consumo** necessários à realização dos procedimentos;
- d) **equipe técnica e administrativa** em número suficiente, com profissionais habilitados e regularmente inscritos em seus Conselhos de Classe;
- e) toda a documentação de **licenciamento sanitário, alvarás e cadastro no CNES** compatíveis com os serviços ofertados.

6.3.2. É vedada a **subcontratação ou terceirização** dos serviços objeto deste Termo de Referência, salvo autorização prévia e expressa da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do edital e do contrato.

6.4. Regulação, agendamento e autorização dos atendimentos

6.4.1. Todos os atendimentos decorrentes deste credenciamento serão realizados **mediante regulação prévia e autorização formal** da Secretaria Municipal de Saúde, por meio de setor ou sistema próprio de regulação.

6.4.2. As requisições de consultas e exames deverão conter, no mínimo:

- I. nome completo do paciente;
- II. número do Cartão SUS, idade e sexo;
- III. especialidade médica solicitada e/ou tipo de exame;
- IV. hipótese diagnóstica ou justificativa clínica, quando aplicável;
- V. nome, carimbo e número de registro profissional do solicitante;
- VI. identificação da unidade solicitante e do fluxo (SUS ou instrumento de cooperação intermunicipal).

6.4.3. É **vedada a realização de atendimentos sem a respectiva requisição/autorização**, bem como a execução de procedimentos extras não prescritos ou não autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de **glosa dos valores** e aplicação das sanções cabíveis.

6.4.4. O paciente será direcionado, no momento da regulação, a um dos prestadores credenciados aptos para o serviço, observados critérios objetivos definidos pela

Secretaria (especialidade, capacidade instalada, localização, rodízio, prioridade clínica, entre outros), vedado qualquer tipo de direcionamento por interesse particular.

- 6.4.5. **É expressamente vedada à empresa credenciada, bem como a seus sócios, empregados, prepostos ou terceiros a ela vinculados, qualquer forma de captação ativa de pacientes no âmbito da rede municipal de saúde ou fora dela, com vistas a direcionar atendimentos para determinada clínica ou profissional, em prejuízo do fluxo regular de regulação estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde.**
- 6.4.6. Consideram-se, entre outras, como práticas de captação indevida de pacientes, para fins deste Termo de Referência:
- a) abordagem direta de usuários nas unidades de saúde, com oferta de consultas ou exames em determinada clínica credenciada;
 - b) utilização de telemarketing, mensagens, redes sociais ou outros meios de comunicação para induzir o paciente a solicitar encaminhamento para credenciado específico;
 - c) distribuição de brindes, vantagens, descontos, benefícios ou quaisquer incentivos condicionados à escolha do estabelecimento ou profissional;
 - d) qualquer forma de promessa ou vantagem para servidores públicos ou terceiros com poder de influência na regulação, visando direcionar pacientes.
- 6.4.7. O processo de regulação e distribuição de pacientes entre os credenciados é de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Saúde, por meio de seu setor ou sistema de regulação, sendo vedada à empresa credenciada qualquer ingerência, interferência ou tentativa de direcionamento na escolha do prestador ou na ordem de atendimento dos usuários.
- 6.4.8. A prática de captação indevida de pacientes, interferência na regulação, direcionamento de demanda ou condutas semelhantes constitui infração contratual grave, sujeitando a empresa credenciada, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa e ética dos envolvidos:
- a) à glosa de procedimentos irregulares;
 - b) à aplicação de advertência e/ou multa, conforme previsto no edital e no contrato;
 - c) à suspensão temporária de novos encaminhamentos;
 - d) à instauração de processo administrativo para descredenciamento e aplicação das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.5. Realização das consultas, exames e emissão de laudos

- 6.5.1. As consultas e exames deverão ser executados por **médicos especialistas e demais profissionais de saúde devidamente habilitados**, regularmente inscritos em seus Conselhos de Classe, observando-se as normas do Ministério da Saúde, ANVISA e conselhos profissionais.
- 6.5.2. Todos os procedimentos deverão ser realizados com:
- I. utilização de **equipamentos específicos e em bom estado de conservação**;
 - II. cumprimento dos **protocolos de biossegurança**, de controle de infecção e de segurança do paciente;
 - III. respeito às **condições clínicas e limitações individuais** de cada usuário, com atendimento humanizado e acessível às pessoas com deficiência, idosos e demais grupos vulneráveis.
- 6.5.3. Cada exame ou procedimento que exija interpretação técnica deverá ser acompanhado de **laudo ou relatório clínico**, contendo, no mínimo:
- a) identificação do paciente;
 - b) data da realização;
 - c) imagens ou outros elementos, inclusive gráficos, quando aplicável à espécie;
 - d) descrição dos achados e/ou resultados;
 - e) conclusão, quando couber;
 - f) identificação, assinatura e número de registro no Conselho de Classe do profissional responsável.
- 6.5.4. Para os **casos eletivos**, os prazos de realização das consultas e exames observarão os agendamentos incluídos no cronograma de execução definido entre a Secretaria Municipal de Saúde e a empresa credenciada. A Contratada obriga-se a assegurar a realização dos procedimentos acessórios de análise, testes, cálculos e métricas aplicáveis e, a emissão e disponibilização dos respectivos laudos em até **05 (cinco) dias** corridos, contados da data de realização do exame, salvo prazos mais restritivos previstos neste Termo de Referência.
- I. O prazo geral previsto no subitem acima aplica-se a todos os exames constantes da Tabela de Serviços que possuam laudo e que não tenham prazo específico definido nos subitens seguintes.

6.5.5. Sem prejuízo do prazo geral estabelecido no subitem anterior, para os exames abaixo relacionados deverão ser rigorosamente observados os seguintes prazos máximos específicos para emissão e disponibilização dos laudos:

I. Eletrocardiograma (ECG)

- a) **Exames eletivos:** o laudo médico deverá ser emitido e disponibilizado em até 12 (doze) horas, contadas da realização do exame ou do recebimento do traçado/imagem pela equipe médica responsável;
- b) **Exames de urgência ou prioridade clínica:** o laudo médico deverá ser emitido e disponibilizado em até 20 (vinte) minutos, contados da realização do exame ou do recebimento do traçado/imagem pela equipe médica responsável.

II. Radiografia (Raio-X digital com laudo)

- a) **Exames eletivos:** o laudo médico deverá ser emitido e disponibilizado em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da realização do exame;
- b) **Exames de urgência ou prioridade clínica:** o laudo médico deverá ser emitido e disponibilizado em **até 30 (trinta) minutos**, contados da realização do exame.

III. Raio-X Digital sem laudo

- a) O prazo geral de **30 (trinta minutos)** para impressão e/ou disponibilização das imagens e demais registros necessários à continuidade do cuidado assistencial.

IV. Holter 24 horas e MAPA 24 horas

- a) A realização dos exames de Holter e de MAPA deverá observar período mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de monitorização contínua, salvo indicação diversa em protocolo assistencial;
- b) O laudo médico deverá ser emitido e disponibilizado em até 12 (doze) horas após o término da monitorização, considerada a retirada do aparelho e o recebimento integral dos registros pela empresa credenciada.

6.5.6. Os prazos previstos nos subitens 6.5.4 e 6.5.5 constituem requisitos mínimos de desempenho, devendo a empresa credenciada organizar seus fluxos internos, escala de profissionais e infraestrutura tecnológica de modo a garantir seu cumprimento, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

6.5.7. O descumprimento injustificado dos prazos máximos de realização de exames e/ou emissão de laudos poderá ensejar, a critério da Secretaria Municipal de Saúde:

- I. glosa dos procedimentos realizados em desacordo com os prazos fixados;
- II. registro de ocorrência no acompanhamento contratual;
- III. aplicação de advertência e/ou multa, na forma prevista no edital e no contrato;
- IV. utilização do histórico de desempenho para fins de redistribuição da demanda entre os credenciados;
- V. *abertura de processo para descredenciamento, em caso de reiterado descumprimento.*

6.6. Registros, sigilo das informações e responsabilidades

- 6.6.1. A credenciada deverá manter **registros completos, fidedignos e rastreáveis** de todos os atendimentos realizados, incluindo requisições, fichas, laudos, relatórios e documentos clínicos e administrativos pertinentes.
- 6.6.2. É obrigatória a observância ao **sigilo profissional** e à **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, cabendo à empresa adotar medidas técnicas e organizacionais para proteção dos dados pessoais e sensíveis dos pacientes, respondendo por eventuais incidentes de segurança decorrentes de sua ação ou omissão.
- 6.6.3. A empresa credenciada responderá por **danos decorrentes de erro técnico, imprudência, negligência, imperícia ou má conduta profissional**, sem prejuízo da responsabilidade individual dos profissionais envolvidos perante seus Conselhos de Classe e órgãos de controle.
- 6.6.4. A credenciada deverá cumprir integralmente suas **obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e sanitárias**, bem como as normas relativas à inclusão de pessoas com deficiência, reabilitados e aprendizes, em consonância com o art. 92 da Lei nº 14.133/2021, se aplicável, e demais legislações aplicáveis.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- 8.1. O objeto da presente contratação encontra-se prevista e compatível com os instrumentos de planejamento e orçamento do Município de Santa Maria da Vitória/BA, em especial o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que contemplam ações de ampliação e qualificação da atenção ambulatorial especializada e dos serviços de apoio diagnóstico, bem como com o Plano Municipal de Saúde e a Programação Anual da Secretaria Municipal de Saúde, nos quais constam metas voltadas à redução de filas, enfrentamento da demanda reprimida e ampliação da oferta de consultas médicas especializadas e exames diagnósticos, de modo que a despesa decorrente do credenciamento está formalmente inserida no planejamento setorial e orçamentário da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e continuidade da assistência à saúde da população usuária do SUS

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 9.1. A solução proposta consiste na adoção do **credenciamento de pessoas jurídicas** para prestação de serviços assistenciais à saúde, compreendendo consultas médicas especializadas e exames diagnósticos, de forma **complementar ao SUS**, com pagamento por produção efetivamente realizada, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021 e da legislação sanitária vigente. O modelo permitirá habilitar diversos prestadores que atendam integralmente às exigências técnicas, jurídicas e administrativas estabelecidas, garantindo **ampla concorrência**, capilaridade na oferta de serviços e diminuição da dependência de um

único fornecedor. A execução ocorrerá de maneira **descentralizada**, em dois tipos de cenário:

- I. nas instalações da rede pública municipal, especialmente no Hospital Municipal Dr. José Borba, na UPA 24h. e na Policlínica Municipal Múcia Verbênia, quando houver cessão de espaço físico; e
- II. nas instalações próprias das empresas credenciadas, desde que situadas dentro do raio máximo definido neste Termo de Referência e regularmente licenciadas, estruturadas e cadastradas para a realização de consultas e exames.

- 9.2. Todos os atendimentos serão **ordenados pela regulação municipal**, a partir das demandas oriundas da Atenção Primária para a Policlínica Municipal Múcia Verbênia, da UPA 24h de Santa Maria da Vitória e do Hospital Municipal Dr. José Borba, mediante requisições formalizadas e autorização expressa da Secretaria Municipal de Saúde.
- 9.3. O fluxo regulatório definirá a distribuição dos usuários entre os prestadores credenciados, com base em critérios objetivos (especialidade, tipo de exame, capacidade instalada, localização, rodízio e prioridade clínica), vedada qualquer forma de **captação de pacientes** ou interferência privada na escolha do prestador. A solução prevê, ainda, **prazos gerais e específicos de realização e emissão de laudos**, especialmente para exames como eletrocardiograma, raio-X digital, Holter e MAPA, de modo a assegurar resposta assistencial em tempo clinicamente adequado, tanto para casos eletivos quanto para situações de urgência ou prioridade clínica.
- 9.4. Do ponto de vista da gestão, a solução está estruturada para permitir **monitoramento sistemático da produção**, com registros completos dos atendimentos, integração dos laudos aos prontuários dos pacientes e atuação permanente de gestor e fiscais do contrato, que acompanharão indicadores de quantidade, qualidade e tempestividade. O credenciamento também favorece a **flexibilidade administrativa**, ao permitir a entrada de novos prestadores ao longo da vigência, desde que preencham os requisitos, e a redistribuição da demanda conforme desempenho, garantindo continuidade do serviço e melhor utilização da capacidade instalada da rede regional.
- 9.5. Em síntese, a solução, desenhada como um todo, busca **ampliar o acesso da população de Santa Maria da Vitória/BA às consultas especializadas e exames diagnósticos**, reduzir filas e demandas reprimidas, otimizar o uso dos recursos públicos e fortalecer a rede municipal de saúde, em consonância com os instrumentos de planejamento e com os princípios da universalidade, integralidade, economicidade e eficiência na prestação dos serviços de saúde.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. A empresa credenciada deverá manter **responsável(is) técnico(s)** regularmente inscrito(s) no respectivo Conselho de Classe, de acordo com o campo de atuação profissional (médico,

biomédico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, etc.), com habilitação na especialidade adequada, que responderá(ão) tecnicamente pelos serviços prestados.

- 10.2. Os atendimentos serão realizados **sob demanda regulada**, de acordo com cronograma de atuação a ser definido pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as seguintes diretrizes:

I. **para atendimentos eletivos**, a prestação dos serviços ocorrerá em dias úteis, em horários a serem ajustados entre a Secretaria Municipal de Saúde e a empresa credenciada, preferencialmente no período das 08h às 11h30 e das 13h às 17h;

II. **para atendimentos de urgência e emergência**, a prestação dos serviços observará a escala e a programação pactuadas em comum acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, especialmente para atendimento às demandas do **Hospital Municipal Dr. José Borba** e da **UPA/PA 24h**.

- 10.3. A contratada deverá manter **estrutura física e agenda regular de atendimentos**, compatíveis com a demanda estimada e com os fluxos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, vedadas interrupções injustificadas na prestação dos serviços.
- 10.4. Todos os atendimentos deverão ser **registrados em sistema próprio ou instrumento definido pela Secretaria Municipal de Saúde**, preferencialmente no ato da triagem ou realização do procedimento, de modo a garantir a rastreabilidade dos usuários, o controle das agendas e a conferência da produção assistencial.
- 10.5. Agendamentos não confirmados dentro do prazo e da forma definidos pela Secretaria Municipal de Saúde poderão ser considerados como **faltas ou atendimentos não realizados**, não gerando faturamento correspondente, sem prejuízo da análise de justificativas eventualmente apresentadas.
- 10.6. Na hipótese de impossibilidade de realização de atendimentos previamente agendados (por motivos técnicos, operacionais ou assistenciais), a contratada deverá **comunicar o fato à Secretaria Municipal de Saúde em até 24 (vinte e quatro) horas**, indicando as razões e propondo novo agendamento, quando cabível.
- 10.7. Os casos classificados como **urgência ou prioridade clínica** terão atendimento prioritário, conforme avaliação das unidades de origem (Atenção Primária, Policlínica, Hospital Municipal Dr. José Borba, UPA/PA 24h), desde que devidamente identificados na requisição de encaminhamento e validados pelo setor de regulação.
- 10.8. A empresa contratada deverá dispor, como requisitos mínimos para a execução dos serviços:

I. **equipe composta por profissionais de saúde** com registro ativo em seus respectivos Conselhos de Classe e experiência comprovada nas áreas de atuação correspondentes aos serviços credenciados;

II. **profissionais de apoio capacitados** para recepção, orientação, triagem, registro de informações, preparo de pacientes e apoio técnico-operacional aos procedimentos;

III. **ambiente físico adequado e acessível**, em especial nas clínicas privadas, em conformidade com as normas da vigilância sanitária, de segurança do paciente e de acessibilidade, compatível com o porte e o tipo de atendimento ofertado;

IV. **materiais e insumos necessários** à execução de cada procedimento, em quantidade e qualidade suficientes para garantir a continuidade e a segurança da assistência, sempre que aplicável;

V. **equipamentos em perfeitas condições de funcionamento**, compatíveis com os serviços a serem credenciados, submetidos a manutenção preventiva e corretiva, com registros atualizados e observância das recomendações dos fabricantes e das normas técnicas pertinentes:

- 10.9. A contratada **não poderá sugerir, alterar ou indicar** ao paciente procedimentos distintos daqueles autorizados pelo Município, salvo em caso de contraindicação clínica ou necessidade imperiosa de ajuste da conduta, hipótese em que deverá emitir **contra referência fundamentada** à unidade de origem e registrar a justificativa em prontuário.
- 10.10. O atendimento deverá observar, de forma integral, os princípios da **humanização, equidade, isonomia e respeito à dignidade da pessoa humana**, sendo vedada qualquer forma de discriminação por idade, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição social, religião, deficiência ou qualquer outro fator.
- 10.11. A empresa contratada deverá **comprovar experiência anterior** na prestação de serviços de atenção especializada à saúde (consultas e/ou exames diagnósticos), em objeto compatível com o deste credenciamento, por meio de atestados ou declarações de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 10.12. Deverá ser garantido **treinamento adequado** aos profissionais de saúde e de apoio que atuarão na captura de dados, realização dos exames, operação dos equipamentos e, quando for o caso, na emissão e impressão dos laudos ou relatórios, assegurando o uso correto dos sistemas e a qualidade das informações clínicas geradas.

11. DAS AMOSTRAS

- 11.1. Não se aplica.

12. DA GARANTIA DE PROPOSTA

- 12.1. Não haverá exigência de garantia de proposta na presente contratação.

13. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

15. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

15.1. Em razão da natureza do objeto, prestação de serviços especializados não será aplicada a regra prevista no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela LC nº 147/2014, pelos seguintes motivos:

- a) Trata-se de serviço de saúde com elevado grau de complexidade, que exige profissionais especializados, estrutura clínica com equipamentos específicos e licenciamento junto a órgãos reguladores, o que restringe o universo de potenciais prestadores de serviços;
- b) A exceção está prevista no §1º do art. 49 da LC nº 123/2006, que permite a não aplicação das regras de favorecimento às MEs/EPPs quando não houver viabilidade técnica ou vantajosidade para a Administração

16. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 16.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O objeto do presente instrumento é enquadrado como contínuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme descrito em Estudo Técnico Preliminar.
- 16.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 16.4. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.5. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 17.1. O prestador de serviços será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na modalidade **INEXIGIBILIDADE** por **CREDENCIAMENTO**, sendo o critério de seleção o previsto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 17.2. Nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, será adotado como critério de seleção o rateio entre as empresas/profissionais credenciados, observada a ordem de credenciamento em que a Administração Pública possa selecionar múltiplos prestadores de serviços, desde que atendam integralmente aos requisitos técnicos, jurídicos e administrativos estabelecidos no edital de chamamento público.
- 17.3. Neste modelo, a distribuição da demanda entre os credenciados não se dá por meio de disputa de preços, tampouco pela celebração do contrato, mas sim por meio de rateio da demanda, conforme critérios objetivos previamente definidos pela Administração,

garantindo-se a isonomia, a eficiência na prestação dos serviços e o atendimento contínuo e descentralizado das necessidades públicas.

- 17.4. Nos termos do art. 79, inciso I da Lei nº 14.133/2021, a Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria da Vitória/BA, será responsável pela indicação do prestador credenciado, dentre aqueles previamente habilitados, com base em critérios técnicos, jurídicos e administrativos estabelecidos neste instrumento.
- 17.5. Dessa forma, a adoção desse critério de seleção é totalmente compatível com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria da Vitória/BA, fortalecendo a rede de atenção especializada e garantindo eficiência, resolutividade e acesso universal aos serviços de diagnósticos especializados.
- 17.6. Evita-se a sobrecarga de um único ponto de atendimento e melhora-se a distribuição da demanda;
- 17.7. Reduz-se o tempo de espera, garantindo que os serviços sejam realizados no tempo clínico adequado, especialmente em casos de risco dos pacientes;
- 17.8. Promove-se maior eficiência operacional ao considerar a realidade geográfica e a disponibilidade dos prestadores credenciados;
- 17.9. Estabelece-se maior capilaridade no atendimento, assegurando cobertura eficiente em toda região.
- 17.10. Todos os prestadores habilitados serão submetidos a critérios técnicos rigorosos, com comprovação de capacidade profissional, estrutura física adequada, equipamentos em perfeito estado e conformidade com as normas sanitárias e de proteção de dados.
- 17.11. A emissão da requisição para o atendimento ficará a cargo do setor responsável da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria da Vitória/BA, assegurando o devido controle público por meio de acompanhamento técnico, validação dos procedimentos realizados e auditorias periódicas.
- 17.12. A remuneração será feita por produção efetiva, conforme serviços realizados, garantindo equilíbrio financeiro, transparência e evitando pagamento por serviços não executados.
- 17.13. Dessa forma, a adoção desse critério de seleção é totalmente compatível com as necessidades, fortalecendo a rede de atenção especializada e garantindo eficiência, resolutividade e acesso universal aos serviços de saúde.
- 17.14. A execução dos serviços será realizada por meio de atendimentos ambulatoriais eletivos e de urgência e emergência, conforme encaminhamento através de requisição da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria da Vitória/BA, por meio de sistema próprio de agendamento.
- 17.15. A prestação ocorrerá de forma CONTÍNUA, com atendimentos previamente agendados, sendo vedada a realização de procedimentos sem autorização formal da Secretaria Municipal de Saúde. O controle e a validação dos serviços serão feitos com base nas requisições emitidas, nas confirmações registradas em sistema e nos relatórios de atendimentos apresentados pelos prestadores.

- 17.16. Assim, a escolha dos prestadores de serviços não deve se basear apenas no preço, mas sim em um conjunto equilibrado de critérios que garantam segurança, qualidade técnica, compromisso profissional e boa relação custo-benefício

Forma de execução

- 17.17. A execução do objeto será PARCELADO, para atendimento eletivos, de urgência e emergência, conforme cronograma de atendimentos a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Diretoria Geral de Especialidades, nos termos e parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência.

18. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

- 18.1. A vedação à participação de consórcios e cooperativas no presente processo de credenciamento para a prestação de serviços de realização de consultas e exames especializados, justifica-se por razões técnicas, operacionais e assistenciais, diretamente relacionadas à natureza do objeto contratado.
- 18.2. A execução dos serviços exige responsabilidade técnica centralizada, estrutura física própria, caso assim a interessada possa oferecer, equipamentos especializados de uso contínuo, além de vínculo direto e permanente com profissionais qualificados, garantindo a padronização e a rastreabilidade dos atendimentos.
- 18.3. A execução de objetos nos modelos de consórcios e cooperativas, presume-se que:
- a) Há diluição da responsabilidade jurídica e técnica entre os integrantes;
 - b) Os profissionais muitas vezes atuam por escala, de forma rotativa, sem vínculo direto com a estrutura que executa o atendimento;
 - c) A infraestrutura é, muitas vezes, compartilhada ou inexistente, comprometendo o controle da regularidade técnica e sanitária;
 - d) O comprometimento com a continuidade dos atendimentos depende da disponibilidade dos membros, o que é incompatível com a necessidade de agenda fixa e regular exigida pela Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria da Vitória/BA.
- 18.4. A prática demonstra que a fiscalização, a responsabilização por falhas técnicas e a exigência de estrutura mínima se tornam ineficazes quando o prestador atua de forma indireta ou coletiva. Além disso, os serviços para realização de atendimentos à pacientes em consultas ou exames de alta complexidade requerem equipamentos de alta precisão, manutenção constante, e continuidade no acompanhamento clínico, inviável em modelos fragmentados.
- 18.5. A vedação à participação desses entes não compromete a competitividade do processo, mas sim garante maior segurança jurídica, sanitária e contratual à Administração, além de resguardar a qualidade do serviço prestado à população, conforme os princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público.
- 18.6. Além disso, o credenciamento exige que cada empresa assuma integralmente a execução técnica e legal do objeto, com profissional responsável formalmente identificado, estrutura

registrada e capacidade operacional comprovada. Isso inviabiliza a lógica cooperada ou consorciada, cuja natureza jurídica é incompatível com as exigências do objeto.

19. PROPOSTA DE PREÇOS

- 19.1. Os preços foram previamente definidos pela Administração, estando os valores já fixados e abrangendo todos os custos diretos e indiretos, inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas.
- 19.2. A manifestação de interesse no credenciamento deverá indicar, de forma clara, os serviços que o interessado pretende executar, especificando os tipos de procedimentos que se enquadram nos termos e valores já estabelecidos pela Secretaria neste instrumento

20. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 20.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
 - 20.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 20.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
 - 20.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
 - 20.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
 - 20.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - 20.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
 - 20.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
 - 20.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
 - 20.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 20.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- 20.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - 20.2.2. Prova de Inscrição no **Cadastro de Contribuintes Municipal**, comprovando possuir Inscrição Habilitada.
 - 20.2.3. Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
 - 20.2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual ou Distrital**, relativa ao domicílio ou sede do proponente, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
 - 20.2.4.1. Caso o proponente seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - 20.2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, relativa ao domicílio ou sede do proponente, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
 - 20.2.5.1. Caso o proponente seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - 20.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
 - 20.2.7. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 20.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- 20.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- 20.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do proponente, desde que admitida a sua participação no Credenciamento.
- 20.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 20.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 20.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 20.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.
- 20.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo proponente dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral ($\geq 1,00$):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente ($\geq 1,00$):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral ($\geq 1,00$):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- 20.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 20.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que 1, deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos itens interessados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 20.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
- 20.4. **A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL**, que será comprovada através
- 20.4.1. Comprovação de Inscrição no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, mediante apresentação de Ficha de Estabelecimento Identificação, emitida nos últimos 30 (trinta) dias contados da data de apresentação da data do requerimento de credenciamento;
- 20.4.2. Comprovação de Registro ou Inscrição da empresa no Conselho Regional Competente, válidos na data de apresentação do requerimento de credenciamento;
- 20.4.3. Alvará de funcionamento do Estabelecimento, pertinente ao seu ramo de atividade;
- 20.4.4. Alvará de Vigilância Sanitária, em vigência, relativo a sede ou filial do Estabelecimento, pertinente ao seu ramo de atividade;
- 20.4.5. Comprovação de Registro ou Inscrição de no mínimo **01 (um) profissional legalmente habilitado**, detentor de **Registro de Qualificação de Especialidade – RQE, quando exigido pela legislação e pelas normas do respectivo Conselho Profissional**, compatível com a natureza dos **serviços assistenciais especializados** a serem executados, com **carga horária mínima compatível com a demanda dos serviços**, comprovando a sua habilitação mediante apresentação de comprovação de especialização emitido pela sociedade científica respectiva, **diploma de formação reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, carteira profissional e certidão de regularidade da pessoa física** junto ao Conselho de Classe competente, todas válidas na data da apresentação da documentação.

20.4.6. Termo de Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto deste Edital, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica/profissional que se responsabilizará pelos trabalhos;

20.4.6.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da execução dos serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração

20.4.6.2. Comprovação de vínculo empregatício ou anuência para compor equipe, caso a proponente seja, credenciada, dos profissionais indicados, através dos seguintes documentos: a) carteira de Trabalho; b) contrato social; c) contrato de prestação de serviços; d) contrato de trabalho registrado na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) ou e) termo através do qual o profissional assumo o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso de ser deferido o requerimento de Credenciamento.

20.5. DECLARAÇÃO ÚNIFICA:

20.5.1. Declaração Unifica, conforme modelo em Anexo, atestando expressamente:

- a) que atende aos requisitos de habilitação, e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de vigentes na data de sua entrega em definitivo;;
- c) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas em sistema públicos ou privados. Com acesso pessoal, assumindo como firmes e verdadeiras;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Artigo 1º, e no inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal;
- f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou dispensa do cumprimento desta obrigação, conforme previsões em lei e em outras normas específicas;
- g) de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na

condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

21. DA APRECIÇÃO DOS REQUERIMENTOS DE CREDENCIAMENTO

- 21.1. Após a apreciação dos requerimentos de credenciamento, a Comissão de Contratação apresentará relatório objetivo e conclusivo ao Prefeito, no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data de recebimento do requerimento, indicando, em ata circunstanciada, a relação dos proponentes que tiverem deferido os seus pedidos, para o credenciamento profissional.

22. DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

- 22.1. Encerrada a fase de recebimento de requerimento da documentação e dos requerimentos de credenciamento, o processo será encaminhado ao Prefeito que, concordando com o relatório, determinará a lavratura dos Termos de Credenciamento.
- 22.2. Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, poderá o Prefeito Municipal revogar o presente procedimento de credenciamento. Poderá ainda, a referida autoridade anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 22.3. A anulação do presente credenciamento, por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar. A referida nulidade induz a do Termo de Credenciamento.
- 22.4. A Administração convocará os profissionais cadastrados no presente Edital, para assinarem os contratos de credenciamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

23. DO DESCREDENCIAMENTO

- 23.1. O presente credenciamento tem caráter precário. A qualquer momento, o CREDENCIADO pode solicitar o descredenciamento, caso não tenha mais interesse. Ademais, o CREDENCIADO ou a Administração podem denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital ou na legislação pertinente.
- 23.2. O(A) CREDENCIADO(A) que desejar iniciar o procedimento de descredenciamento deverá solicitá-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 23.3. A Administração pode, a qualquer momento, solicitar um descredenciamento se:
- 23.3.1. Por ato unilateral da Administração, em que se assegurara ao CREDENCIADO (A), o contraditório e a ampla defesa;
- 23.3.2. Por Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratual pelo CREDENCIADO (A);
- 23.3.3. Desatendimento as determinações regulares da Secretaria Municipal de Saúde, destinadas a regulamentação e desenvolvimento dos serviços profissionais credenciados;
- 23.3.4. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal, exaradas em processo administrativo;

- 23.3.5. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- 23.3.6. Em qualquer época, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração; e,
- 23.3.7. Judicial, nos termos da legislação civil pátria.
- 23.3.8. O não-cumprimento das disposições mencionadas neste Edital poderá acarretar o descredenciamento do credenciado, garantindo o contraditório e a ampla defesa e sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

24. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Fiscalização

- 24.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 24.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
 - 24.2.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 24.2.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
 - 24.2.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
 - 24.2.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
 - 24.2.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 24.3. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 24.3.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 24.4. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 24.5. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 24.6. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 24.7. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 24.8. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 24.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 24.10. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 25.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DODOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Poder: 2 Poder Executivo

Órgão: 9 FUNDO SAUDE SANTA MARIA DA VITORIA

Secretaria: 0915 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 0915 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 10.301.0004.2.055 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA

Atividade: 10.302.0004.2.057 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Elemento de despesa: 33.90.39.00

Fonte: 1500; 1600

- 25.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

26. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 26.1. Os serviços de serão considerados provisoriamente recebidos no ato da execução e entrega dos laudos, desde que acompanhados das respectivas requisições autorizadas. O responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato deverá registrar a realização dos procedimentos em sistema próprio ou documento oficial de controle.
- 26.2. A verificação dos serviços prestados (medição) será realizada mensalmente, mediante apresentação, por parte da empresa credenciada, de relatório de execução contendo:
- 26.2.1. A relação dos procedimentos serviços executados;
 - 26.2.2. Nome completo dos pacientes;
 - 26.2.3. Datas de atendimento;
 - 26.2.4. Tipo de procedimento executado;
 - 26.2.5. Nome do profissional responsável;
 - 26.2.6. Referência da requisição autorizada;
 - 26.2.7. Laudos emitidos;
 - 26.2.8. Nota fiscal correspondente
- 26.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 26.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.

- 26.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 26.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 26.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 26.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

27. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 27.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 27.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 27.2.1. o prazo de validade;
 - 27.2.2. a data da emissão;
 - 27.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 27.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 27.2.5. o valor a pagar; e
 - 27.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 27.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 27.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 27.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

- 27.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 27.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 27.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 27.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **30 (trinta) dias** para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período, valor conforme previsto neste Termo de Referência.
- 27.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 27.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 27.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 27.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 27.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Santa Maria da Vitória/BA, 19 de janeiro de 2026.

Geisson Marques da Silva

Diretor de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento